

Desigualdade e desenvolvimento na Venezuela: uma análise histórico-contemporânea

Mônica Martins Naves
Graduanda em Relações Internacionais
Universidade Federal de Uberlândia
naves.monica@gmail.com

Pedro Henrique de Moraes Cícero
Professor Doutor do Instituto de Economia
Universidade Federal de Uberlândia
pedrohenrique@ie.ufu.br

Resumo: A discussão acerca do desenvolvimento econômico e social dos países latino americanos ganharam maior complexidade após os avanços sociais obtidos em muitos países da região. Tomando como referência o caso da Venezuela, que obteve melhorias relevantes para a sua população, como a diminuição da desigualdade, mas que ainda possui altos índices de homicídios, o presente trabalho tem por objetivo problematizar as relações existentes entre os indicadores sociais e econômicos venezuelanos, do período 2000-2012. Através da observação da história recente da Venezuela, de um estudo dos aparatos teóricos relacionados ao tema do desenvolvimento na América Latina e da análise de dados disponibilizados por Organizações Internacionais e governamentais, espera-se compreender de que forma tais elementos da história contemporânea do país refletem em seu desenvolvimento efetivo.

Palavras chave: Venezuela; Desenvolvimento; Desigualdade; Violência urbana.

Abstract: The discussion about the economic and social development of Latin American countries gained greater complexity after the social progress achieved in many countries in the region. Taking reference to the case of Venezuela, which obtained significant improvements to its population, such as the reduction of inequality, but still has high levels of homicide, this paper aims to discuss the relationship between social and economic Venezuelans indicators, from the period 2000-2012. By observing the recent history of Venezuela, a study of the theoretical apparatus related to the theme of development in Latin America and of the analysis of data provided by international and government organizations are expected to understand how these elements of the contemporary history of the country reflect in its effective development.

Key words: Venezuela; Development; Inequality; Urban violence.

Pensando o desenvolvimento na América Latina: a perspectiva Cepalina e a Teoria da Dependência

O desenvolvimento econômico e social dos países latino americanos é um tema que, a partir da segunda metade do século XX, se faz presente nas perspectivas analíticas que elaboram uma crítica às visões ortodoxas da economia política e que buscam compreender a condição de subdesenvolvimento de tais países para que, a partir disso, seja possível buscar caminhos para superá-la. Essencialmente, pode-se dizer que essas visões, apresentadas inicialmente pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e pelas diferentes vertentes da Teoria da Dependência, conquistaram um papel de destaque na história do pensamento social latino americano.

A visão heterodoxa que fez parte da agenda de estudos da CEPAL foi fortemente influenciada pela intelectualidade de Raúl Prebisch e sua perspectiva estruturalista do pensamento econômico. Tendo como objetivo promover e reforçar o desenvolvimento econômico, a CEPAL passou a adotar uma formulação teórica independente, a Teoria estruturalista latino-americana, que se adaptasse exclusivamente ao funcionamento dos países subdesenvolvidos. Seguindo a perspectiva inaugurada por Prebisch, outros intelectuais como o economista Celso Furtado, também influenciaram a agenda de estudos da CEPAL, pois entendiam as singularidades históricas da América Latina e ofereciam subsídios para se pensar em modelos de desenvolvimento que se adequassem melhor à realidade da região. De forma categórica, “o subdesenvolvimento, na visão de Furtado (1961), era um processo histórico autônomo, não uma etapa pela qual necessariamente tenham passado as economias que alcançaram um grau superior de desenvolvimento” (RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2010).

Neste contexto, também cabe mencionar as contribuições teóricas dos “enfoques da dependência elaborados sobretudo nos anos 1960 e 1970, por Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso entre outros” (CERVO, 2003), que objetivavam analisar autonomamente e particularmente a conjuntura dos países latino americanos e suas relações com o resto do mundo. As reflexões dependentistas¹ contemplavam muitos dos temas presentes na perspectiva cepalina, mas possuíam uma visão diferente acerca do processo de desenvolvimento, além de buscarem se aprofundar no entendimento da reprodução do modo de produção capitalista nos países periféricos, onde era possível se observar as disparidades nos aspectos econômicos, políticos e sociais em relação aos países

¹ Parte da literatura costuma dividir a Teoria da Dependência em duas correntes: a weberiana, identificada nos trabalhos de Cardoso e Falleto, que partilha a possibilidade de um desenvolvimento dependente, e a marxista, ligada à reflexão, entre outros, de Marini, que, a partir da ideia de superexploração da força de trabalho, discute o desenvolvimento do subdesenvolvimento e não vislumbra a possibilidade de um desenvolvimento dependente. Pode-se talvez dizer que a segunda versão concede maior peso causal aos fatores externos, ainda que não desconsidere os internos, na determinação das situações de dependência/subdesenvolvimento, ao passo que a versão apresentada por Cardoso e Falleto relativiza a determinação externa, enfatizando a possibilidade de uma situação de desenvolvimento dependente-associado como resultado da ação dos agentes locais em conexão com forças econômicas externas (RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2010).

desenvolvidos ou centrais; tais diferenças mantinham a expansão e desenvolvimento das nações periféricas condicionado aos países centrais (SANTOS, 1970).

Embora as reflexões apresentadas possuam certas similaridades, alguns elementos são compreendidos de maneira distinta, mas de maneira geral representam um novo olhar sobre a América Latina. Os pressupostos da CEPAL se vinculavam, em grande medida, aos aspectos econômicos do processo de desenvolvimento e destacavam a “importância do Estado na industrialização dos países da região. Os formuladores da Teoria da Dependência buscavam compreender as limitações e as possibilidades para o desenvolvimento e para a industrialização dos países da região” (RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2010).

De fato, a perspectiva defendida pela CEPAL apresentou alguns pontos controversos, como a questão relacionada à “acumulação do excedente/investimentos, ocupando o Estado um papel secundário no direcionamento da economia, que era deixada ao arbítrio do capital estrangeiro, ou mesmo do capital nacional em função da maximização do lucro” (MACHADO, 1999). Daí surge uma das principais críticas elaboradas pela visão dependentista: o brutal endividamento externo causado pela proposta nacional-desenvolvimentista forjada pelo pensamento cepalino.

Outro fator relevante a ser mencionado se refere ao fato de que diferentes interpretações podem ser atribuídas à Teoria da Dependência, o que impossibilita considerá-la “como algo homogêneo, ainda que entre a maior parte dos autores haja uma visão convergente no sentido de vincular o paradigma do desenvolvimento latino-americano à dependência” (RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2010). Porém, este escrito não possui o objetivo de se aprofundar nas explicações acerca dessas formulações teóricas.

Essa breve apresentação do pensamento cepalino e das Teorias da Dependência tem como propósito demonstrar que a discussão acerca do desenvolvimento econômico e social dos países latino americanos, de forma autônoma, possui um considerável arcabouço teórico que nos auxilia na compreensão da conjuntura da região, e ainda fornece subsídios para entender os processos de desenvolvimento da América Latina hodierna e que ganharam maior complexidade de análise após os avanços sociais obtidos em muitos países da região entre os anos 2000 e 2012. É importante destacar que as correntes de interpretação mencionadas, e oriundas dos países latino americanos, representaram um afastamento dos paradigmas predominantemente estadunidenses e europeus das relações internacionais e possuem uma importância relevante pois “veicula valores, desígnios e interesses nacionais. Por tal razão, uma teoria alheia pode ser epistemologicamente inadequada para explicar as relações internacionais de outro país e, ainda, ao informar o processo decisório, pode ser politicamente nociva” (CERVO, 2003).

Considerando que os processos de desenvolvimento de um país englobam diferentes aspectos sociais, políticos e econômicos e que estão diretamente interligados, este estudo tem como preocupação central investigar como se deu esse processo na América Latina do século XXI, mais precisamente utilizando como referência o caso da Venezuela devido às suas especificidades e importância para a região.

Os avanços sociais e econômicos da Venezuela entre os anos 2000-2012

Uma análise da história recente da Venezuela demonstra que o país, apesar de suas contradições e precariedades sociais, políticas e econômicas, avançou em muitos aspectos e logrou importantes melhorias na vida de sua população nos últimos anos.

Os avanços sociais alcançados a partir da chegada do presidente Hugo Chávez ao poder, em 1999, e da implantação da agenda política do *movimento bolivariano revolucionário* - título pelo qual Chávez se referia ao processo de “refundação da República” por ele liderado - demonstram que a vida da população mais pobre prosperou devido à implementação de programas governamentais para a eliminação da desigualdade econômica e a realização da justiça social. Tais medidas transformaram a histórica social e política da Venezuela, além de impactar diretamente na realidade de miséria em que grande parte da população venezuelana vivia, podendo ser comprovado mediante indicadores socioeconômicos e relatórios elaborados por organizações internacionais.

Especificamente no que concerne às políticas sociais implementadas pela administração bolivariana com vistas a combater a pobreza, as *misiones sociales*² foram construídas como forma de materializar o programa de intervenção governamental que, desde 2003, com relativo sucesso, se propõe a investir considerável parcela dos lucros obtidos com o comércio internacional do petróleo no financiamento de projetos de inclusão social e erradicação da pobreza.

Neste contexto, o compromisso firmado por todos os países membros da Organização das Nações Unidas, no ano 2000, é uma importante referência para se observar as melhorias alcançadas no período analisado. Através desse acordo os países se comprometeram em cumprir oito metas de desenvolvimento,

² Dentre estas, as que receberam maior atenção e recursos foram: “Misión Robinson” que, com a ajuda de mais de 100.000 voluntários, conseguiu alfabetizar aproximadamente 1.200.000 cidadãos, fazendo da Venezuela o segundo país latino americano, depois de Cuba, a extirpar o analfabetismo de seu território; “Misión Sucre” que possibilitou a meio milhão de jovens e adultos a oportunidade de ingressar em algum curso de ensino superior; a “Misión Barrio Adentro” que, contando com a ajuda de aproximadamente 18.000 profissionais da saúde, implantou no país o modelo cubano de medicina preventiva realizando, em apenas um ano e meio, o total de 56.883.421 consultas médicas e, por fim, a “Misión Mercal” que instituiu uma rede de mercados populares subsidiados pelo governo para ofertar a preços simbólicos os alimentos que compõem a cesta básica (Bonilla-Molina e El Troudi, 2004).

conhecidas como Objetivos do Milênio, nas áreas de saúde, educação, alimentação, igualdade de gênero e meio ambiente até 2015. A Venezuela atingiu vários desses objetivos antes mesmo do prazo final, como, por exemplo, a erradicação do analfabetismo em 2005 (UNDP VENEZUELA, 2013).

Além disso, de acordo com dados contidos no relatório intitulado “Estado da Insegurança Alimentar no Mundo”³, publicado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, na sigla em inglês) em 2012, a proporção de pessoas em situação de pobreza extrema foi reduzida em 50% na Venezuela; o mesmo relatório afirma que 13,5% da população total do país encontrava-se em situação de subnutrição entre os anos de 1990 e 1992 e tal porcentagem em 2012 foi reduzida significativamente, revelando-se inferior à 5%.

De maneira geral, é possível afirmar que os países latino-americanos, em sua maioria, a partir dos anos 2000, conquistaram maior estabilidade no cenário internacional devido ao crescimento econômico e à relativa solidez financeira por eles apresentados no contexto das relações econômicas internacionais. No mesmo sentido, os regimes democráticos se consolidaram e houve efetivos e bem-sucedidos esforços governamentais direcionados à redução da pobreza e da desigualdade.

Isso pode ser verificado através da observação do Coeficiente de Gini, um parâmetro utilizado internacionalmente para medir a desigualdade e distribuição de renda dos países. Seguem os dados referente aos anos de 2000 e 2012:

Tabela nº 1
Desigualdade de Renda na América Latina (Coeficiente de Gini)⁴

PAÍS	2000	2012
Argentina	0,509	0,418
Bolívia	0,625	0,475
Brasil	0,592*	0,527

³ “The State of Food Insecurity in the World”, relatório disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/016/i3027e/i3027e.pdf>>

⁴ Índice de Desigualdade de Renda (Coeficiente de Gini). Fonte: BID/ SCL com base em dados dos institutos de estatística ou Agências do país responsável e estimativas próprias. Disponível em: <<http://www.iadb.org/es/investigacion-y-datos/pobreza,7526.html>>

*Dados referentes ao ano anterior.

Chile	0,577	0,526*
Colômbia	0,586	0,548
Costa Rica	0,485	0,512
El Salvador	0,524	0,445
Equador	0,568	0,479
Guatemala	0,618	0,539
Honduras	0,564*	0,574
México	0,531	0,517
Nicarágua	0,672*	0,465
Panamá	0,574	0,521
Paraguai	0,579*	0,498
Peru	0,494	0,463
República Dominicana	0,537	0,485
Uruguai	0,451	0,420
Venezuela	0,446	0,415

Como pode ser observado, o parâmetro utilizado demonstra que houve uma redução na desigualdade e distribuição de renda de quase todos os países da região, e nesse cenário a Venezuela é apontada como a melhor distribuição de renda da América Latina, superando o Uruguai e a Costa Rica. É possível afirmar que as estratégias e políticas adotadas pelo governo do então presidente Hugo Chávez, contribuíram significativamente para as melhorias alcançadas e refletiram diretamente na posição favorável do país no contexto internacional e nas relações com seus vizinhos.

Entretanto, diferentemente do que propunha as formulações teóricas cepalinas e dependentistas dos anos 1960, mencionadas anteriormente, não houve um rompimento efetivo com as estruturas econômicas estabelecidas no sistema internacional e que possibilitariam a manutenção do desenvolvimento na Venezuela à longo prazo enquanto nação autônoma.

É importante reconhecer os avanços sociais e o papel que Hugo Chávez desempenhou para promover a integração dos países latino americanos, mas apesar disto, discernir acerca das contradições e peculiaridades dessa fase de desenvolvimento no país se faz necessário para uma melhor compreensão dos desdobramentos futuros.

As contradições do desenvolvimento venezuelano

Apesar das consideráveis conquistas e melhorias obtidas entre os anos 2000 e 2012 na esfera social da Venezuela, o país continuou a padecer com alguns problemas relacionados ao âmbito econômico. As oscilações entre períodos de forte crescimento econômico e períodos de estagnação ou recessão, os altos índices de inflação e a dependência da importação de medicamentos, bens de consumo e de alguns dos principais produtos alimentícios, como carne bovina e leite, caracterizaram o cenário econômico venezuelano do período analisado (LOPES, 2012, p.296), (THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2016).

Ainda se tratando das questões relativas à predominância das importações, Lopes (2012, p. 293) apresenta alguns dados que servem de exemplo para demonstrar que

ocorreu uma grande elevação das importações: entre os anos de 2005 e 2008, houve um aumento de 182,5%, valor bastante elevado mesmo considerando-se a forte aceleração da economia venezuelana nesses anos. No ano de 1997, as importações correspondiam a um valor equivalente a 21,9% do PIB, e a produção de bens manufaturados a 17,7%; em 2007, as importações saltaram para um valor correspondente a 47,3% do PIB, enquanto a produção de bens de consumo foi de 16,5%. Portanto, no período em que a economia do país pôde crescer de forma acelerada em função do forte aumento dos preços do petróleo e do volume de exportações, as importações foram as maiores beneficiárias do aumento do consumo e do investimento no país.

Ademais, o rentismo petroleiro enquanto um modelo econômico em que a riqueza do país é gerada, majoritariamente, pelo comércio do petróleo no exterior, é determinante para compreender as limitações do cenário produtivo venezuelano, onde as dificuldades enfrentadas em razão desta atividade não compor uma cadeia produtiva, mas, sim, um conjunto restrito de ações e serviços vinculados à extração de recursos não-renováveis.

Neste sentido, uma das principais críticas direcionadas ao governo de então, é que a “estrutura econômica herdada de governos anteriores na qual a atividade produtiva se resumia praticamente à exploração de petróleo se manteve intacta na era Chávez. Não houve diversificação do campo produtivo e o motor da economia continuou sendo petróleo” (JARDIM, 2013). Essa limitação, deixa a economia do país vulnerável e dependente da conjuntura internacional, de forma que o crescimento econômico de alguns anos não necessariamente significasse o desenvolvimento de fato, mas sim apenas um momento favorável.

Os números referentes à porcentagem do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita do período demonstram essas oscilações e nos remetem aos acontecimentos internos e externos que se ligam diretamente à dependência do petróleo como propulsor da economia.

Tabela nº2
Crescimento PIB per capta (2000-2012)⁵

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1,7	1,5	-10,5	-9,4	16,2	8,4	8,0	7,0	3,6	-4,7	-3,0	2,6	4,1

Como pode ser observado, nos anos 2002 e 2003, período em que o país estava mergulhado em uma profunda crise política interna que desencadeou o chamado “*paro petrolero*”⁶, momento ápice da ação oposicionista e polarização política no país que refletiu diretamente na conjuntura econômica e na drástica queda no crescimento do PIB. A Venezuela se encontrava em um período de grave recessão que impactou negativamente na vida de sua população, o desemprego aumentou, a inflação disparou e a diminuição do PIB comprometeu os gastos sociais. Mais adiante, no período circundante à crise financeira internacional de 2008 também é possível perceber uma redução significativa nos índices de crescimento do PIB, o que demonstra as relações com o contexto econômico internacional.

Paralelamente aos problemas desencadeados pelas oscilações relativas ao crescimento do PIB, as taxas médias anuais da inflação entre os anos 2000 e 2012 na Venezuela também demonstram o cenário de instabilidade econômica do país:

Tabela nº3
Inflação (2000-2012)⁷

⁵ Crescimento do PIB per capta (% anual). Fonte: World Development Indicators.

⁶ Arquitetado pelos mesmos grupos que tentaram efetivar um golpe de Estado no país em abril de 2002, o novo esforço oposicionista atingiu proporções ainda maiores, na medida em que abarcou não só as instâncias administrativas da gigante estatal PDVSA como, também, considerável parcela da gerência operativa e dos capitães das embarcações mercantes da empresa. Dessa forma, em poucos dias, o chamado “Paro Sabotagem Petrolero” logrou interromper por completo as atividades de prospecção e comercialização de petróleo na Venezuela. Consubstanciava-se, portanto, outro duro golpe ao governo bolivariano que se via obrigado a enfrentar novamente a oposição, desta feita respaldada pela companhia responsável pela mais importante fonte de recursos do país. Novamente, a adesão à “greve” por parte do setor privado foi quase total. Até mesmo as escolas particulares suspenderam suas aulas. Supermercados e bancos abriam, apenas, durante meio expediente. A situação mostrava-se bastante crítica, em especial pelo fato de, já nos primeiros dias de paralisação, produtos essenciais - tais como gasolina e alimentos - não estarem normalmente disponíveis para o rotineiro consumo da população. A devastação econômica gerada pela paralisação da PDVSA culminou na estrondosa queda de 27% do PIB no primeiro trimestre de 2003. Tamanho buraco resultou na falência de um incontável número de pequenas e médias empresas o que, por sua vez, elevou de imediato o índice de desemprego no país. Em um intervalo de apenas 4 meses, a porcentagem de desempregados saltou de 15,4 para 20,3% (VERA, 2005).

⁷ Inflação de preços ao consumidor (% anual). Venezuela, RB. Fonte: World Development Indicators.

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
16,2	12,5	22,4	31,1	21,7	16,0	13,7	18,7	31,4	27,1	28,2	26,1	21,1

A elevação dos preços dos produtos impacta todas as parcelas da população, mas seus efeitos negativos são sentidos principalmente pela população de renda mais baixa. Na Venezuela, as políticas e programas governamentais serviram para diminuir esses impactos no curto prazo, porém os altos índices inflacionários impediam o estabelecimento de uma economia dinâmica e estável que devem ser características de um país desenvolvido. Ademais, os indicadores da inflação venezuelana extrapolam a média da região, que teve seu pior número em 2008, quando chegou à 8,6%⁸.

Diante do que foi exposto é possível perceber que a dificuldade de implementar políticas econômicas de longo prazo, que possibilitassem maior autonomia, comprometeu o desenvolvimento efetivo do país. Não houve, portanto, diversificação do aparelho produtivo nacional e o Estado ainda é refém da oscilação do preço do combustível no mercado internacional. Nesse sentido, a multiplicação dos programas sociais exclusivamente financiados pelos recursos vinculados ao orçamento ordinário da estatal petroleira PDVSA, faz com que ocorram sérios questionamentos quanto à eficiência e durabilidade de tais projetos, uma vez que não há garantias reais de que estes se sustentem quando o valor do barril do petróleo sofrer mais uma de suas constantes e pendulares variações (GÓMEZ E ALARCÓN, 2003).

Retomando as formulações teóricas apresentadas anteriormente, as perspectivas cepalina e dependentistas, percebemos que estas vinculam o desenvolvimento à divisão internacional do trabalho e, apesar de suas divergências metodológicas, ambas vislumbravam a autonomia na estrutura econômica internacional como forma de superar os problemas desencadeados pelo subdesenvolvimento na América Latina. Enquanto a visão proposta pela CEPAL priorizava a industrialização como forma de alcançar o desenvolvimento, a proposta dependendista marxista, por exemplo, criticava a visão cepalina levando em conta o fato de que a industrialização acaba por aumentar a dependência por conta da dívida externa que é gerada; neste sentido a vertente marxista da Teoria da dependência buscava o estabelecimento de um novo modo de produção.

Contrariando as noções de autonomia defendida pelas perspectivas teóricas apresentadas, a arquitetura econômica rentista estabelecida na Venezuela manteve a economia e a produção do país em uma posição dependente da conjuntura externa e reprodutora da estrutura do modo de produção vigente.

⁸ Inflação de preços ao consumidor (% anual). Latin American e Caribbean. Fonte: World Development Indicators.

O Estado venezuelano dirigido por Chávez reafirma, assim, sua tendência em ser um aparelho capitalista coletivo, ou seja, uma paradoxal forma capitalista-nacionalista onde se confere enorme importância às empresas estatais em detrimento do desenvolvimento da iniciativa privada. Por outro lado, paradoxalmente, a situação no país reproduz a atual faceta do sistema capitalista global, o qual restringe o campo de soberania e de ação dos Estados. As empresas transnacionais e o sistema financeiro mundial destruíram as fronteiras nacionais e se impuseram de forma avassaladora sobre a realidade político-econômica enfrentada pelas nações. O que há na Venezuela, portanto, é um Estado forte internamente, porém fraco e dependente no contexto internacional (CÍCERO, 2010, p. 124).

Além dos fatores elencados, os indicadores referentes à distribuição de renda também podem apresentar algumas contradições tendo em vista que, de acordo com Medeiros (2015), a diminuição da desigualdade não seja necessariamente algo positivo, uma vez que não representa o aumento da qualidade de vida geral e sim a homogeneidade da renda. A eliminação das desigualdades constitui um dos passos para que a sociedade se desenvolva plenamente; mas uma maior integração social se faz necessária para evitar que as populações permaneçam marginalizadas socialmente.

Visto isso, e com base na perspectiva proposta por Sen (2000), é possível notar que a renda não é determinante para indicar o desenvolvimento, pois para este autor o desenvolvimento é caracterizado pela garantia das liberdades individuais em sua plenitude. Afinal, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparência e previdência social são tão importantes quanto o acesso aos dispositivos econômicos. Tais elementos justificam o fato de que os processos de desenvolvimento adquiriram maior complexidade na história contemporânea.

A partir destas informações, é possível analisar a conjuntura de violência urbana venezuelana, que apesar dos avanços sociais apresenta uma das maiores taxas de homicídios da América Latina. Segue adiante um quadro que demonstra a escalada da taxa de homicídios na Venezuela entre os anos 2000 e 2012:

Tabela nº4

Taxa média de homicídios na Venezuela por 100.000 habitantes (2000-2012)⁹

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012

⁹ Taxa média de homicídios por 100.000 habitantes (2000-2012). Índice elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e baseado em dados oficiais disponíveis até 2012. Disponível em: <http://www.unodc.org/gsh/en/maps.html>

32,9	32,0	38,0	44,0	37,0	37,3	45,1	47,6	51,9	48,9	45,0	47,8	53,7
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Seria natural esperar, pois, que os índices relativos às melhorias sociais refletissem positivamente no combate e na diminuição da violência havida no país. Ou seja, o natural seria a queda ao longo dos anos dos índices de violência ou que, no mínimo, tais números se mantivessem estáveis; entretanto, as taxas de homicídio na Venezuela apresentam um aumento considerável ao longo do período analisado, colocando o país na posição de mais violento da América do Sul; ademais, Caracas apresenta um dos maiores índices de homicídio na região.

Tomar medidas contra a violência é um imperativo do desenvolvimento. A violência endêmica se traduz em menor produtividade, piores indicadores de saúde e altos custos de segurança. O custo cumulativo da violência é alarmante – atingindo até 10% do PIB em alguns países – com consequências negativas de longo prazo sobre o desenvolvimento humano, social, econômico e sustentável. (WORLD BANK, 2016)

A percepção ora apresentada aponta para a seguinte situação: mesmo que os indivíduos tenham saído da condição de pobreza, as transformações desenvolvidas pelo governo bolivariano parecem não terem sido suficientes para promover, de fato, a inclusão social da população; ou seja, pode-se dizer que as melhorias conquistadas tiveram um impacto maior no poder de consumo dos indivíduos do que, propriamente, em sua condição social, haja vista que muitos ainda continuam à margem da sociedade tendo em vista a manutenção da estrutura desigual oriunda do rentismo petrolífero.

Considerações finais

É inegável que entre os anos 2000 e 2012 os venezuelanos vivenciaram importantes processos de transformações políticas e sociais que tiveram como desdobramentos diversas melhorias para a parcela mais pobre da população.

Entretanto, as políticas governamentais que lograram diminuir a desigualdade e ampliar o acesso aos serviços de educação e saúde, por exemplo, não estavam direcionadas a eliminar a dependência da conjuntura externa através da autonomia econômica e diversificação produtiva que possibilitasse a modificação dos padrões estruturais da economia internacional, como vislumbravam as perspectivas teóricas latino americanas formuladas a partir da segunda metade do século XX.

Ademais, os problemas oriundos da insegurança urbana no país também demonstram as fragilidades desse relativo processo de desenvolvimento. Planos e ações direcionadas a modificar o perfil

urbano e geográfico do país são importantes para que as regiões marginalizadas desfrutem das melhorias alcançadas de forma efetiva e tenham suas potencialidades desenvolvidas.

Diante do que foi exposto, é possível perceber que as melhorias sociais obtidas em alguns setores da sociedade possuem um caráter imediatista e não possuem garantias de manutenção no longo prazo; isso ocorre devido às fragilidades no cenário econômico do país, em que o aperfeiçoamento da estrutura produtiva ocupou um papel coadjuvante. Nesse sentido, a diminuição da desigualdade pode ser encarada de forma positiva desde que não seja considerada como uma variável determinante de desenvolvimento, enxergar as complexidades adquiridas pelos processos de desenvolvimento hodiernos e as singularidades dos países latino americanos é fundamental para a elaboração de planos de ação capazes de alcançar o desenvolvimento de fato.

Referências bibliográficas

BÁRCENA, A. Repartindo a riqueza. Texto disponível em: <http://www.cepal.org/prensa/noticias/columnas/6/42736/articulo-fmi-pt.pdf>. Acesso em: 14 de set. 2016.

BOYD, S. Como a Venezuela alcançou o maior risco de crédito do mundo. Texto disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/como-a-venezuela-teve-o-credito-de-maior-risco-do-mundo/>. Acesso em: 23 de set. 2016.

BRINCEÑO-LEÓN, R.; FUENMAYOR, O. A. Violencia en Venezuela. Informe del Observatorio Venezolano de Violencia 2007. Laboratorio de Ciencias Sociales, Caracas, 2007.

CERVO, A. L. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001. Acesso em: 05 de set. 2016.

CICERO, P. H. M. Revolução Bolivariana e Lutas Sociais: o confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Frías. 2010. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2010.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIMES (UNODC). Global Study on Homicide 2013. Homicide rates at the sub-national level (2012 or latest year). Disponível em: <http://www.unodc.org/gsh/en/maps.html>. Acesso em: 23 de ago. 2016.

FAO, WFP and IFAD. The State of Food Insecurity in the World 2012. Economic growth is necessary but not sufficient to accelerate reduction of hunger and malnutrition. Rome, 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/016/i3027e/i3027e.pdf>. Acesso em: 29 de ago. 2016.

GÓMEZ, I.S.; ALARCÓN, L.F. Política social y construcción de ciudadanía en Venezuela. Multiciencias, vol. 9, nº 2, p. 167-175, mai./ago. 2009. Texto disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/904/90411687008.pdf>. Acesso em: 06 de set. 2016.

HERRERA, A. B. As consequências do governo Chávez para o comércio exterior venezuelano. Texto disponível em: <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/as-consequ%C3%A2ncias-do-governo-ch%C3%A1vez-para-o-com%C3%A9rcio-exterior-venezuelano>. Acesso em: 14 de set. 2016.

JARDIM, C. Chávez, o militar socialista que transformou a Venezuela. Texto disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130103_obitu%C3%A1rio_chavez_cj.shtml. Acesso em: 14 de set. 2016.

LANDER, E.; NAVARRETE, P. Venezuela: la política económica de la izquierda latinoamericana en el gobierno. Texto disponível em: <http://www.tni.org/files/download/venezuelaeconomicpolicy-s.pdf>. Acesso em: 13 de set. 2016.

LANDER, L. Neoliberalismo, Sociedad Civil y Democracia: ensayos sobre Venezuela y América Latina. Texto disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/venezuela/faces/lander.rtf>. Acesso em: 13 de set. 2016.

LEVINE, Daniel. Diez Tesis sobre la decadencia y crisis de la democracia en Venezuela. Em: MAIGÓN, Tais (org.): Venezuela en transición: elecciones y democracia 1998-2000. Caracas: CDB Publicaciones, 2001.

LEVY-CARCIENTE, S. A política comercial venezuelana: uma oportunidade desperdiçada. Texto disponível em: <http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-pol%C3%ADtica-comercial-venezuelana-uma-oportunidade-desperdi%C3%A7ada>. Acesso em: 21 de set. 2016.

LOPES, A. L. A Política Econômica e as Estratégias de Desenvolvimento do Governo Chávez. Brazilian Journal of International Relations, Marília, v.1, n.2, p.280-308, Maio/Ago. 2012.

LÓPEZ-MAYA, M. Venezuela 2001-2004: actores y estrategias. Cuadernos del CENDES. Año 21. n.56, maio-agosto de 2004. Texto disponível em: http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082004000200006. Acesso em: 04 de set. 2016.

_____. Del viernes negro al referendo revocatorio. Caracas: Alfandil, 2005. (2005).

MACHADO, L. T. A teoria da dependência na América Latina. 1999. Texto disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100018. Acesso em: 15 de set. 2016.

MEDEIROS, M. A desigualdade do Brasil é disfuncional para a democracia. Texto disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/04/politica/1446611627_268265.html. Acesso em: 16 de set. 2016.

ÓPERA MUNDI. Venezuela reduz pela metade índice de pobreza e cumpre meta da ONU. Texto disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/25334/venezuela+reduz+pela+metade+indice+de+pobreza+e+cumpre+meta+da+onu.shtml>. Acesso em: 15 de set. 2016.

PDVSA. El sabotaje contra la industria petrolera nacional. Texto disponível em: http://www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/design/readmenuhist.tpl.html&newsid_obj_id=119&newsid_temas=13. Acesso em: 13 de set. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Informe Regional de Desarrollo Humano 2013-2014: diagnóstico y propuestas para América Latina. 2013. Disponível em: <http://www.latinamerica.undp.org/content/dam/rblac/img/IDH/IDHAL%20Informe%20completo.pdf> . Acesso em: 25 de ago. 2016.

_____. Informe Venezuela cumple las Metas del Milenio, 2012. Disponível em: <http://www.ve.undp.org/content/venezuela/es/home/library/mdg/informe-venezuela-cumple-las-metas-del-milenio--2012.html>. Acesso em: 09 de set. 2016.

_____. Relatório do Desenvolvimento Humano 2013. Disponível em: <http://www.un.cv/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>. Acesso em: 09 de set. 2016

PROGRAMA VENEZOELANO DE EDUCACIÓN-ACCIÓN EM DERECHOS HUMANOS (PROVEA). Informe Anual 2013: Derecho a la seguridad ciudadana. Disponível em: http://www.derechos.org.ve/?attachment_id=25890. Acesso em: 01 set. 2016.

RAMANZINI JÚNIOR, H.; VIGEVANI, Tullo. Pensamento Brasileiro e Integração Regional. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v32n2/v32n2a06.pdf>>. Acesso em: 03 de set. 2016.

SANTOS, Theotonio dos. The structure of dependence. The American Economic Review, v. 60, n. 2, 1970.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Venezuela. Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/ven/>. Acesso em: 17 de set. 2016.

THE WORLD BANK. Urban Violence: A Challenge of Epidemic Proportions. 2016. Texto disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/news/feature/2016/09/06/urban-violence-a-challenge-of-epidemic-proportions>. Acesso em: 20 de set. 2016.

_____. World Development Indicators. Disponível em: http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?Code=FP.CPI.TOTL.ZG&id=af3ce82b&report_name=Popular_indicators&populartype=series&ispopular=y. Acesso em: 19 de set. 2016.

VERA, L. Liderazgo Político, Renta y Política Económica: la gestión económica en la era Chávez. Caracas: Universidad Central de Venezuela. 2005. Texto disponível em: http://www.leonardovera.com/pdfs/pdfs_research/MV4.pdf. Acesso em: 06 de set. 2016

WEISBROT, M.; SANDOVAL, L. La economía venezolana en tiempos de Chávez. Washington, D.C.: Center for Economic and Policy Research. 2007. Texto disponível em: <http://www.scribd.com/La-economia-venezolana-en-tiempos-de-Chavez>. Acesso em: 06/10/2014